

## Notas sobre o *clerc* medieval

### Notes about the mediaeval *clerc*

**Eduardo Leite Lisboa**

Graduado em História

Universidade Estadual de Ponta Grossa

eduardolisboa.his@gmail.com

**Recebido em:** 18/07/19

**Aprovado em:** 30/08/19

**Resumo:** Estas breves notas são resultados das discussões ocorridas na disciplina Tópicos Especiais em Cultura e Identidades: Intelectuais e História Intelectual, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O texto intenta apresentar sumariamente o surgimento dos intelectuais a partir do Caso Dreyfus e algumas acepções desta palavra ao longo do século XX, para então se ocupar em delinear esta figura em uma temporalidade outra: a Idade Média. De acordo com SILVA (2005) e LECLERC (2004), o intelectual que não fosse engajado ou dissidente estaria próximo do *clerc* medieval, isto é, um erudito guardião das tradições e instituições. Incomodado com isso, procuro apresentar o perfil destas gentes de saber dos séculos XII e XIII, o contexto em que emergiram, seus espaços de atuação/disputa e, ainda, pontuar como estudos acerca da história intelectual e da história dos intelectuais auxiliam para afastar as trevas colocadas sobre este período.

**Palavras-chave:** Idade Média; Intelectuais; Universidades.

**Abstract:** These brief notes are the result of the discussions in the Special Topics in Culture and Identity: Intellectuals and Intellectual History of the Post-Graduate in History at the State University of Ponta Grossa. The text intends to present summarily the emergence of intellectuals from the Dreyfus Affair and some meanings of this word throughout the twentieth century, and then delineate this figure in a temporality other: the Middle Ages. According to SILVA (2005) and LECLERC (2004), the intellectual who was not engaged or dissident would be close to the medieval *clerc*, that is, a erudite guardian of traditions and institutions. Troubled by this, I try to present the profile of these people of knowledge from the twelfth and thirteenth centuries, the context that emerged, their spaces of action/dispute, and also punctuate as studies about intellectual history and the history of intellectuals help to ward off the darkness placed on this period.

**Keywords:** Middle Ages; Intellectuals; University.

### Introdução

A causa é conhecida: os intelectuais têm pouco mais de um século de existência. É mesmo um lugar-comum, entre a maior parte dos especialistas, afirmar que os intelectuais apareceram por ocasião do Caso Dreyfus (anos 1894-1906 ou 1897-1899, se nos ativermos ao núcleo da polêmica pública). Nada impede, porém, de empregar o termo antes dessa época, e muitos autores o fizeram. Alguns

historiadores evocam os “intelectuais da Idade Média” ou mesmo os “intelectuais da Grécia antiga”. Por que não falar então dos intelectuais da Babilônia ou da China arcaica? A verdade, pelo menos, é que o termo utilizado enquanto rótulo no debate público nasce por ocasião do Caso Dreyfus (LECLERC, 2004, p. 9).

O capitão judeu Alfred Dreyfus foi condenado, em dezembro de 1894, à deportação perpétua pelo crime de espionagem em favor da Alemanha, durante o confronto entre este país e o seu, a França. Pouco mais de um ano depois, o novo chefe do serviço de informações, Picquard, descobriu sua inocência – algo que o exército tentou abafar. Este erro judiciário foi denunciado por Émile Zola no texto *J'accuse* (Eu acuso), publicado em janeiro de 1898, no jornal *L'Aurore*, recebendo assinaturas em caráter de apoio/protesto por escritores, artistas, professores universitários e outros até mesmo desconhecidos pelo grande público. A partir deste momento, tomou forma um embate entre republicanos, socialistas e antimilitaristas organizados na Liga dos Direitos do Homem, e nacionalistas, antissemitas e religiosos reunidos na Liga da Pátria Francesa; em suma, de um lado os “dreyfusistas” e de outro os “antidreyfusistas”. Clemenceau foi quem primeiramente nomeou esta petição em favor do capitão como “manifesto dos *intelectuais*”, porém, foi com o opositor Barrès que este grupo ganhou o caráter de subversivos às instituições (LECLERC, 2004, p. 53-55).

Este neologismo, portanto, surge como uma vanguarda que lutou contra a razão do Estado e que possui como missão balançar as hierarquias estabelecidas. É em função deste caso que enunciar a verdade por meio da intervenção social se impõe aos intelectuais como um dever. Não por acaso, o grande modelo a ser imitado cinquenta anos depois (1945-1980) vai ser o de Jean Paul Sartre. Até o final da década de 1970, o intelectual define-se mais pela sua atuação e posição política no espaço público do que pela profissão de produtor do conhecimento:

(...) o intelectual é percebido ou tido como tal, a partir do momento em que ele engaja sua autoridade, já reconhecida, em favor de uma causa moral, por via de um ato político. Petições, assinaturas, manifestos autenticam a ‘marca’ do intelectual cuja função primordial pressupõe a crítica social” (SILVA, 2005, p. 403).

Ou, nas palavras do próprio Sartre, “o intelectual é alguém que se intromete naquilo que não lhe diz respeito e que pretende contestar o conjunto das verdades existentes e as condutas inspiradas nessas verdades, em nome de uma concepção global do homem e da sociedade” (SARTRE apud SILVA, 2005, p. 396).

No entanto, Helenice Rodrigues da Silva pontua que a noção de engajamento começa a ruir com as denúncias dos crimes de Stalin, em meados da década de 1950. Com as revelações dos

gulags, recente antiautoritarismo da esquerda francesa, a morte de Sartre e passado o drama argelino, a autora indica uma “desideologização” da prática intelectual por parte de alguns (como Pierre Nora e Marcel Gauchet, com a revista *Le Débat*) e traz os posicionamentos de Michel Foucault como ilustração de um novo intelectual que o último quinto do século passado viu nascer:

(...) entre o saber e o poder existe uma relação inerente e intrínseca... Aliás, Foucault criticou sistematicamente [o intelectual] que se declara mestre da verdade e da justiça, [aquele] que pretende resistir aos efeitos repressivos do poder a ele clamando sua verdade. Foucault denunciou, igualmente, a pretensão do discurso dos intelectuais a caráter profético e universal, insistindo sobre a idéia de que a verdade não é estranha à noção do poder. Mas, embora ele tenha se oposto ao modelo do intelectual universal, preferindo a referência do intelectual específico ou dissidente, ou seja, aquele que fala em seu próprio nome e não em nome do cidadão, do partido ou do oprimido, aquele que defende causas pontuais (como a reforma das prisões e o movimento dos homossexuais), Foucault permanece próximo do modelo do intelectual engajado à maneira de Sartre. Combinando o saber e as intervenções práticas, o intelectual dissidente ou específico, investe-se somente no seu domínio de conhecimento. Seu objetivo se limita a esclarecer os mecanismos repressivos que, segundo Foucault, de maneira dissimulada, contagiam a sociedade (SILVA, 2005, p. 410).

É justamente neste momento, vale assinalar, que os intelectuais ganham espaço na historiografia. Jean-François Sirinelli (2003, p. 231-237) pontua que, até meados da década de 1970, a história política e do tempo presente estavam ofuscadas pelo olhar social e cultural dos historiadores, sobretudo em função do entusiasmo pelas “massas” – estrato este ao qual os intelectuais não pertenciam. E mesmo na tradicional história dos atores políticos, os intelectuais ofereciam risco ao pesquisador devido seu forte teor ideológico. Era um ângulo morto. Ao que parece, até fins do século XX a história obedecia a François Simiand (1903) na quebra de seus três ídolos: a cronologia, a política e a biografia (DOSSE, 2015, p. 196). Em outras palavras, privilegiou a sincronia, as grandes durações, o coletivo em detrimento do pessoal, o cálculo estatístico, e todas as bandeiras das duas primeiras gerações da Escola dos Annales.

Retomando, a figura do intelectual desde o nascimento está ligada a uma responsabilidade para com causas pragmáticas. Mas isso não quer dizer que não existiram intelectuais em outras épocas ou, mais precisamente, que todo intelectual se define por alguma participação na sociedade. Logo no início do século XX, quando o termo já se neutralizava para abranger todo erudito de ofício, Julien Benda escreve *La Trahison des clercs* (*A traição dos intelectuais*), onde encontramos justamente uma crítica ao afastamento daqueles que tinham como vocação as atividades do espírito, da *intelligentsia*, em prol das paixões políticas:

Atualmente, [...] os intelectuais exercem as paixões políticas com todos os traços da paixão: tendência à ação, avidez do resultado imediato, preocupação única com o objetivo, desprezo pelo argumento, exagero, ódio, idéia fixa. O intelectual moderno deixou completamente de permitir que o leigo desça sozinho à praça pública; ele entende possuir uma alma de cidadão e quer exercê-la com vigor; orgulha-se dessa alma, sua literatura está cheia de desprezo por quem se encerra na arte ou na ciência e se desinteressa pelas paixões da cidade (BENDA, 2007, p. 145-146).

Dessa forma, segundo Helenice Rodrigues (2005, p. 398) e Gérard Leclerc (2004, p. 27-28), o papel do intelectual para Julien Benda seria aquele desempenhado pelo clérigo medieval, o *clerc*. Com isso, os dois autores querem dizer que, antes da laicidade e da secularização, competia aos sacerdotes o papel de gentes do saber, com clara tutela do poder temporal e/ou espiritual, sendo, portanto, guardiães da tradição, dos valores e das instituições – prerrogativas que foram traídas desde de *J'accuse*, como aludido. Mas, será que poderíamos emoldurar os/as eruditos/as do medievo nestes termos? As páginas que seguem procuram melhor delinear estas personagens.

### Breves linhas sobre os/as intelectuais da Idade Média

Entre tantas palavras: eruditos, doutos, clérigos, pensadores (a terminologia do mundo do pensamento sempre foi vaga), essa designa um meio de contornos bem definidos: o dos mestres das escolas. Anuncia-se na Alta Idade Média, desenvolve-se nas escolas urbanas do século XII, desabrocha a partir do século XIII nas universidades. Designa aquele cujo ofício é pensar e ensinar seu pensamento. Essa aliança da reflexão pessoal e de sua difusão num ensino caracteriza o intelectual (LE GOFF, 2006, p. 23).

De acordo com Jacques Le Goff, o intelectual nasce e define-se enquanto um *homem* que possui como ofício pensar e ensinar. E o destaque da palavra não é gratuito: por mais que não sejam desconhecidas figuras femininas que pensaram e produziram escritos de toda ordem ao longo do período medieval – e o livro *Mulheres intelectuais na Idade Média: entre a medicina, a história, a poesia, a dramaturgia, a filosofia e a mística*, publicado neste ano, traz um grande inventário delas, entre religiosas e laicas –, a isenção enquanto protagonistas no espaço de ensino acaba por não enquadrá-las na definição de Le Goff. Obstante a isso, mesmo que preocupado em sublinhar a existência da produção feminina, o texto restringir-se-á a ação intelectual dentro da instituição universitária medieval.

Jacques Verger, grande referência nesta temática, escreve que *vir litteratus, clericus, magister, philosophus*, ou então diplomados/graduados, são termos existentes no medievo, mas que são limitados ou restritos. Por conta disso, Verger prefere “gentes de saber”. Em sua conceituação – a qual partilho em preferência –, este grupo social domina certos níveis de conhecimento e reivindica,

a partir dele, competências práticas, tornando-se, assim, uma definição neutra e menos problemática (TEIXEIRA, 2014, p. 164-165). Independente disso, segundo Le Goff, no pioneiro *Os intelectuais da Idade Média* (1957), percebemos a importância do desenvolvimento urbano e da evolução das escolas para o desabrochar deste grupo. Prontamente pode-se pensar no “renascimento carolíngio” de centúrias antes, com suas escolas do palácio, no entanto, desde a reforma de Bento de Aniana, no ano de 817, a cristandade ocidental assistiu os centros de estudos monásticos fecharem-se à comunidade externa e concentrarem-se na *lectio divina*. Foi somente no século XII, com crescimento demográfico, de renovações na agricultura, explosão das feiras, burgos, guildas, sistema bancário, etc., que as escolas catedrais, laicas e universidades ascendem:

[...] eram necessários sacerdotes em maior número e mais bem preparados para guiar fiéis mais numerosos e com novos problemas; juristas para uma maior quantidade de tribunais e às voltas com questões novas e mais difíceis; burocratas para os reis e grandes senhores feudais, cujos rendimentos, despesas e interesses se ampliavam; mercadores para atender à crescente procura de bens e que precisavam elaborar contratos, escrever cartas, controlar lucros e estoques (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 117).

O acesso a estes saberes era proporcionado por um professor possuidor da *licentia docendi*, literalmente uma licença para ensinar. No III Concílio de Latrão (1179), sob decreto do papa Alexandre III, podemos perceber esta concessão e o incentivo pontifical para que cada diocese ofereça condições de ensino gratuito, tanto para os clérigos que dela pertençam quanto aos estudantes pobres:

A igreja de Deus, como uma mãe piedosa, é obrigada a velar pela felicidade do corpo e da alma. Por esta razão, para evitar que os pobres cujos pais não podem contribuir para o seu sustento percam a oportunidade de estudar e progredir, cada igreja catedral deverá estabelecer um benefício suficientemente largo para prover as necessidades de um mestre, o qual ensinará o clero da respectiva igreja e, sem pagamento, os escolares pobres, como convém. [...] Ninguém deverá levar dinheiro pela concessão da *licentia docendi*, nem exigir nada dos professores; também não poderá ser negada a licença para ensinar a nenhum solicitante qualificado. Todo aquele que se opuser a esta lei perderá o seu benefício eclesiástico (ESPINOSA, 1981, p. 233-234).

Neste momento, uma nova categoria emerge entre os que rezam, os que protegem e os que trabalham: aqueles que profissionalmente escrevem e/ou ensinam. “O intelectual urbano do século XII se sente como um artesão, como um homem de ofício comparado aos outros das cidades. Sua função é o estudo e o ensino das artes liberais”, isto é, do *trivium* (dialética, gramática, retórica) e do *quadrivium* (astronomia, música, geometria e aritmética), “mas o que é uma arte? Não é uma ciência, é uma técnica. *Ars é techné*. É tanto a especialidade do professor como a do carpinteiro ou

do ferreiro” (LE GOFF, 2006, p. 87-88). Podemos perceber esta especialização quando Hugo de São Vitor, no século XII, diz “[...] a teoria racional da agricultura é coisa do filósofo, sua execução é coisa do camponês” (HUGO DE SÃO VITOR apud OLIVEIRA, 2012, p. 125), ou ainda, na passagem em que o parisiense Rutebeuf reivindica, na centúria seguinte, “não sou trabalhador manual” (LE GOFF, 2006, p. 11).

Com tal identificação, e em tempos de corporações, estes novos atores buscaram sua autonomia jurídico-profissional. A institucionalização é conseguida através das corporações universitárias, já a autonomia estará em disputa pelos poderes leigos e eclesiásticos. Em primeiro lugar, briga-se para a saída da tutela do bispo, chefe das escolas, que viam os *clerics* como súditos; em segundo, luta-se contra a realeza, que na tentativa de impor seu poder centralizador, procurou submeter as universidades (principalmente devido a grande riqueza local que produziam). Foi por meio de greves (por vezes com grande números de mortos) e da jurisdição pontifical que conseguiram sair desses extremos. Por mais incoerente que possa parecer, a opção por adentrar na Santa Sé e afastar-se dos caminhos do laicismo, a instituição ganhou caráter internacional graças ao livre trânsito de mestres e estudantes por toda a cristandade (LE GOFF, 2006, p. 93-101).

[...] se nestes últimos oitocentos anos a Igreja mudou muito – os monges já não são o que foram –, a Universidade, nem tanto. Nossos graus acadêmicos ainda são os mesmos, a duração média dos cursos, a persistência com que a Universidade se arroga o direito de não se submeter, legitimamente, a poderes externos a ela, o corporativismo – no que tem de melhor, como defesa da dignidade profissional ou no que tem de pior, como a manutenção de privilégios arbitrários (VERGER, 1990, p. 7).

Esta citação ilustra o espírito ainda vivo desta instituição. Sabidamente, ela também foi central para o surgimento dos “intelectuais modernos” de que falávamos no início. Vale abrir estes parênteses no medievo, pois Helenice Rodrigues, a partir do conceito de campo de Pierre Bourdieu, sublinha essa importância:

A vontade por parte do Estado Republicano de criar novas elites culturais (abertura de concursos nacionais, criação de novas escolas), baseadas na meritocracia, possibilita a expansão e o aumento do número de professores universitários. Paralelamente, o crescimento do número de estudantes é concomitante ao aparecimento de uma espécie de “proletariado literário”, expressão que desponta nas redações dos jornais da época, para designar uma vanguarda cultural. Impossibilitados de sobreviver no aspirado mundo artístico e literário, esses jovens diplomados rejeitam as representações de um modelo de referência que, na verdade, correspondia a um estado anterior da vida cultural. As modificações profundas ocorridas no “campo” intelectual – o aumento do número de estudantes e o aparecimento de uma vanguarda intelectual

anticonformista – criam condições favoráveis à afirmação coletiva dos “intelectuais” (SILVA, 2005, p. 400).

Certamente os letrados mais inconformistas do período medieval foram os goliardos. De origem urbana, estes clérigos errantes, escolares pobres, boêmios e devassos, seguem os mestres que lhe agradam, são itinerantes, vivem de expediente ou, para ganhar a vida, tornam-se jograis/bufões. Tudo o que queriam era um mecenas e uma grande prebenda. Em sua poesia, criticavam o nobre (sem virtude senão a do nascimento que o fez enriquecer e sua banal atividade militar), o poder eclesiástico (em repulsa às pretensões temporais do papado, bem como denunciando seu gosto pelo dinheiro e recente comprometimento com comerciantes) e o camponês (visto como boçal, grosseiro e bandido). Os cidadãos goliardos abalam com sua vagabundagem as estruturas do feudalismo (LE GOFF, 2006, p. 47-59).

### **Sobre ombros de gigantes**

Hilário Franco Júnior, historicizando brevemente o *obscuramento* do medievo, coloca que: pelos humanistas, a Idade Média era tida como um tempo de inferioridade da produção humana perante os feitos divinos; protestantes criticavam o monopólio católico; nos absolutistas havia lamento pelos reis fracos; os iluministas escrachavam do pensamento ser dominado pela igreja; entretanto, pelos românticos, era tida como a origem das nações, um tempo de fé e segurança, onde a cientificidade não causou problemas, tinha-se tranquilidade e merecia ser revivida (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 11-18). Um processo muitas vezes de afirmação pela negação. Percebe-se que essas concepções formuladas ao longo de quatro séculos forjaram e permeiam até hoje a concepção de muitos sobre a tal “Idade das Trevas”, vista como o contrário do “progresso”, um entreposto estagnado de duas Eras brilhantes.

Os primeiros detratores deste período da história, nasceram justamente nele. Eram um grupo de estudantes medievais que se esforçaram para modificar e renovar a visão dogmática do ensino, (re)interpretar os Evangelhos sob a luz e valores antigos dos *studia humanitatis*, “valores esses que exaltavam o Indivíduo, os feitos históricos, a vontade e a capacidade de ação do homem, sua liberdade de atuação e de participação na vida das cidades” (SEVCENKO, 1988, p. 14): visivelmente as raízes do antropocentrismo que viria ganhar notoriedade nos séculos seguintes. Pedro Abelardo (1079-1142), por exemplo, foi um humanista fruto do movimento intelectual dos séculos XI e XII no ocidente medieval. Renomado professor, teólogo e filósofo, além de grande referência para os goliardos, teve uma formação que contemplou várias linhas de pensamento (confrontando-as depois), contribuiu enormemente para a articulação entre fé/razão e, com sua

obra *Sic et Non*, deu bases a uma metodologia de essência dialética: a escolástica. Esta, revolucionária ao seu tempo, estimava a análise gramatical, explicação lógica, exegese científica (*lectio*), uma conversa a partir do texto (*quaestio*), discussão (*disputatio*) e o perigoso debate aberto no qual o mestre poderia ser interrogado sobre qualquer assunto pela sua plateia (*quodlibet*). Houve, é verdade, várias correntes de inspirações diferentes em torno do escolasticismo, mas não se faz necessário esmiuçá-las para ter em mente o salto qualitativo que ele possibilitou ao saber (LE GOFF, 2006, p. 59-62).

Roger Bacon, Guilherme de Ockham, Jean de Salisbury, Tomás de Aquino, Alberto Magno, entre outros, dos séculos XII e XIII, segundo Terezinha Oliveira (2007, p. 116),

[...] se dedicaram à investigação da natureza, da natureza das coisas, valorizaram a importância das investigações empíricas e compreenderam que, para tratar das ciências naturais, era preciso a experiência e o conhecimento de outras autoridades além das sagradas, como Aristóteles.

Ou seja, estavam na raiz daquilo que seria o empirismo. O conhecimento do pensamento grego, perdido desde o Baixo Império, foi retomado a partir do século XII, não propriamente pelas universidades, mas em função do contato com Bizâncio, mundo muçulmano e Sicília, locais de manutenção daqueles escritos e que conheciam tanto o latim quanto o árabe e o grego. Aqui falamos das escolas de tradutores (com claro destaque a Toledo), onde Aristóteles, Euclides, Arquimedes, Ptolomeu, Hipócrates, Galeno, o *Corpus juris civilis* de Justiniano em sua completude, entre outros, chegaram ao ocidente (VERGER, 1990, p. 23-26). “Sem contar a importante contribuição islâmica dos livros de Al-Khwarizmi (matemática), Rhazes (química e medicina), Alhazen (ótica), Avicena (medicina), Apetradius (astronomia) e Averróis (filosofia)” (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 118).

Se esses mestres que são clérigos, que são bons cristãos, preferem como *textbook* Virgílio ao Eclesiastes, Platão a Santo Agostinho, não é apenas por estarem convencidos de que Virgílio e Platão são ricos em ensinamentos morais e de que por trás da casca há a medula (e haverá mais disso nas Escrituras ou nos Padres?), mas porque a *Eneida* e o *Timeu* para eles são obras antes de tudo *científicas* – escritas por sábios e próprias para serem objeto de ensino especializado, técnico, enquanto a Escritura e os Padres, que também podem ser ricos de matéria científica (o Gênesis não é obra de ciências naturais e de cosmologia, por exemplo?), o são apenas secundariamente. Os Antigos são *especialistas*, que encontram lugar mais adequado em um ensino *especializado* – o das artes liberais, das disciplinas escolares – do que os Padres ou a Escritura, que antes devem ser reservados à Teologia. O intelectual do século XII é um profissional, com seus materiais básicos, os antigos, com suas técnicas, a principal das quais é a imitação dos antigos (LE GOFF, 2006, p. 36).



Sendo assim, compreendemos a célebre frase de Bernard de Chartres (1070-1130) logo no início desta efervescência cultural:

Somos anões carregados nos ombros de gigantes. Assim vemos mais, e vemos mais longe do que eles, não porque a nossa vista seja mais aguda ou a nossa estatura mais elevada, mas porque eles nos carregam no alto e nos levantam acima da sua altura gigantesca... (LE GOFF, 2006, p. 36).

### Considerações finais

François Dosse, em *La marcha de las ideas*, coloca a noção de intelectual como o objeto obscuro, e faz todo um percurso histórico até o fatídico caso de fins do século XIX: resgata os universitários da idade média, o humanista aristocrático do renascimento, os homens da ciência autônomos a igreja, os artistas, a república das letras do Iluminismo, a boemia literária... até chegar em Dreyfus. Para fugir das barreiras temporais ou factuais de quando se deve ou não identificar um intelectual, que pontua que modernamente é possível englobá-los em produtores e mediadores de conteúdos/cultura, alguém elegido em um campo social para representar uma função intelectual e que afeta toda a sociedade, como um professor ou mesmo um enfermeiro (DOSSE, 2007, p. 19-28). Penso que dentro das definições trazidas neste artigo e partir da exposição realizada, torna-se possível a aplicabilidade deste termo ao período medieval. O bastante citado Jacques Le Goff, em seu prefácio à edição de 1984, de *Os intelectuais na Idade Média*, utiliza, por exemplo, o conceito de “intelectual orgânico” dentro deste recorte; mas esta não é propriamente uma discussão que aqui gostaria de levantar, antes apenas assinalar um esforço teórico de se abarcar um período “anacrônico” ao próprio neologismo.

Depois do ostracismo sofrido pela historiografia até o último terço do século passado, a história dos intelectuais e história intelectual começa a tomar forma e seguem sendo um campo em construção. Acerca da primeira, Jean-François Sirinelli pontua que ela abrange a história das ideias políticas (“genealogia da vida da inteligência, com seus fenômenos de aparecimento das ‘ideias’, de influência e de posteridade”), história das ideias (“visão taxonômica do movimento intelectual”) e a história da cultura política (impacto das grandes teorias oriundas dos intelectuais), colocando como metodologicamente rico nestes estudos o emprego do “itinerário” (muitas vezes visto como biográfico, o percurso intelectual do sujeito), “geração” (sua herança de pensamento, seja para dar continuidade ou superá-la em algum sentido) e “sociabilidade” (as redes, espaços e afetividades que possibilitaram suas ideias) (SIRINELLI, 2003, p. 231-262). Sobre a segunda, a história intelectual “visa [...] dois polos de análise, de um lado o funcionamento do campo, suas práticas, suas regras

de legitimação, seus *habitus* e suas estratégias, e de outro lado as características de um momento histórico e os modos de funcionamento e atuação da comunidade intelectual” (PANIZZOLO, 2011, p. 76). Nada obstante às dificuldades documentais, também existe a possibilidade de uso desses pressupostos no medievo.

Para concluir estas sucintas notas, acredito que estes dois domínios vizinhos possibilitam o afastamento das trevas que ainda pairam no medievo. Quando se pensa em uma vida cultural estagnada, de baixa reflexão científico-filosófica ou de domínio intelectual pela igreja, acaba-se por negligenciar tudo aquilo que vimos: as universidades (instituição que herdamos), a irreverência dos goliardos, os métodos de ensino, as traduções, o contato com outras culturas, a especialização do trabalho de pensar e ensinar, e assim por diante.

#### Referências Bibliográficas:

- BENDA, Julien. **A traição dos intelectuais**. São Paulo: Peixoto Neto, 2007.
- DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. 2. ed. São Paulo: USP, 2015.
- DOSSE, François. **La marcha de las ideas: historia de los intelectuales, historia intelectual**. Valência: Universitat de València, 2007.
- ESPINOSA, Fernanda. **Antologia de textos históricos medievais**. Editora Sá da Costa, 1981.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001
- LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2004.
- LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- OLIVEIRA, Terezinha. Origem e memória das universidades medievais. **Revista Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p.113-129, 2007.
- PANIZZOLO, Cláudia. A história intelectual e a história de um intelectual da educação brasileira. **Ponto e vírgula**, p. 74-88, 2011.
- SEVCENKO, Nicolau. **O Renascimento**. São Paulo: Atual, 1988.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. O intelectual no campo cultural francês: do Caso Dreyfus aos tempos atuais. **Varia Historia**. Belo Horizonte, vol. 21, n. 34, p. 395- 413, jul. 2005.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-269.
- TEIXEIRA, Igor Salomão. O Intelectual na Idade Média: divergências historiográficas e proposta de análise. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, n. 7, p. 155-173, 2014.